

CRISE/GOVERNO

O presidente está ciente da antipatia das medidas provisórias, que acha indispensável, mas culpa o Poder Legislativo, dividido pela disputa eleitoral, e critica os partidos políticos.

# Sarney se defende. E critica o

## Congresso.

Na noite de domingo, viajando a nove mil metros de altura a bordo do Boeing 737 da Força Aérea Brasileira, o presidente José Sarney admitiu que a cascata de medidas provisórias geradas pelo Poder Executivo desde a promulgação do novo texto constitucional tem um caráter antipático aos olhos da população e guardam um ranço autoritário dos anos de ditadura. O recurso da medida provisória desagrada o presidente da República, mas torna-se indispensável, segundo seu raciocínio, diante de um Poder Legislativo esfacelado pelas disputas em torno das próximas eleições presidenciais e transitoriamente indisposto para o exercício das prerrogativas conquistadas no texto da nova Constituição.

O presidente Sarney retornava de Manaus, onde reuniu-se durante três dias com os presidentes dos sete outros países que partilham a região amazônica com o Brasil. Durante os trinta minutos finais da viagem de três horas o presidente recebeu o repórter da Agência Estado na suíte presidencial do avião, depois de repousar durante uma hora. O presidente lamentou a proliferação dos partidos políticos e a demonstração recente da incapacidade deste grande número de siglas partidárias (mais de trinta) de atrair para seus quadros minorias radicais que, à direita ou à esquerda, vêm intensificando ações à margem da lei.

Matutti Mavezo/Agência Folhas

"Toda transição de poder é dramática", comentou o presidente da República. No Brasil, ela é particularmente dramática em 89 porque à mudança de comando no Poder Executivo soma-se ainda a transição de um regime autoritário para um regime democrático — prossegue o raciocínio do presidente. E é com o medo desta segunda passagem que Sarney associa os grupos que insistem na militância violenta da política.

"No meu governo foram abertos espaços para a atuação de toda e qualquer corrente política ou ideológica; ainda assim há quem insista em manter-se à margem da legalidade", reclamou o presidente. "Há exemplos históricos, como os de Portugal e Espanha, que mostram ser necessário definir os limites de um campo de atuação antes de se abrirem as disputas em torno de determinadas reivindicações; no Brasil, teima-se fazer o contrário", acrescentou, a propósito da radicalização de alguns movimentos grevistas.

No rastro da crise político-institucional do Estado brasileiro, Sarney localiza também um "desmantelamento das ideologias" formuladas no século XIX e aplicadas na formação de Estados no século XX. "Não se trata do fim das ideologias", esclarece o presidente, "mas da necessidade de um contínuo adequamento diante de novas realidades produzidas pelos avanços científicos e tecnológicos".

Estas novas circunstâncias, constata o presidente, estão deslocando os eixos do poder político e econômico no mundo e produzindo novas formas de associação entre nações: "A forma como evoluem as relações entre as superpotências sugere a possibilidade de um período prolongado de paz; a unificação da Europa é praticamente uma realidade; os Estados Unidos e o Canadá desenvolvem possibilidade semelhante e tentam atrair também o México, enquanto os países asiáticos reúnem-se em torno do Japão com propostas comuns de desenvolvimento econômico".

Estas tendências atuais orientam a política externa brasileira no sentido de um afastamento de seu parceiro mais tradicional, os Estados Unidos, e em direção a uma rápida integração com a América Latina. Esta integração, entende o presidente, é essencial ao futuro do continente e pode ser realizada "até a virada do século, ao longo da década de 90".

O principal obstáculo a este projeto, diz Sarney, é a dívida externa, que sufoca o desenvolvimento econômico — condição essencial para que a integração não se torne meramente retórica — e sustenta o pior aspecto de relacionamento entre os países latino-americanos e seus parceiros tradicionais do primeiro mundo — o da dependência. Outro obstáculo à integração é potencial: ele situa-se, segundo Sarney, na possibilidade de que o maior e mais rico país da região, o Brasil, frustre seu processo de transição democrática e volte a perder sua identidade com o restante do continente, identidade que vem sendo desenvolvida com sucessivos encontros multi e bilaterais, em boa parte por iniciativa do governo bra-